

O associativismo cabo-verdiano na Área Metropolitana de Lisboa e a inserção da comunidade cabo-verdiana na sociedade portuguesa¹

João SARDINHA

e-GEO Centro de Estudos de Geografia e Planeamento Regional
Faculdade de Ciências Sociais e Humanas – U.N.L
Av. de Berna, 26-C, 1069-061 LISBOA (PORTUGAL)
Tel: +351.217933519 Fax: +351.217977759
e-mail: jmssardinha@hotmail.com

Resumo

Este estudo começa por fazer uma abordagem do movimento associativo cabo-verdiano na Área Metropolitana de Lisboa (AML) e mostrar a imagem que as associações cabo-verdianas têm sobre a própria comunidade, no que diz respeito à sua inserção social, cultural, profissional e habitacional.

Sabendo que estas associações desempenham um papel importante junto dos membros da comunidade, faz-se a sua caracterização, destacando as actividades desenvolvidas e os problemas que enfrentam.

Procura-se também apresentar a visão destas entidades relativamente à comunidade caboverdiana, as suas dificuldades na inserção e o papel que lhes cabe nesta matéria; a sua opinião em relação às instituições públicas e aos mecanismos de inserção. Como objectivo final, baseados nas sugestões das associações, apresentamos um conjunto de propostas que visam melhorar a inserção dos cabo-verdianos residentes na AML.

Palavras-chave: associativismo, comunidade cabo-verdiana, inserção/integração

¹ Este artigo baseia-se na tese de mestrado desenvolvida pelo autor intitulada *Preservar a Identidade: Integração da Comunidade Caboverdiana na Área Metropolitana de Lisboa: Associativismo e perspectivas das associações*, apresentada na Faculdade de Ciência Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.

Abstract

The aim of this article is to, first, analyse the Capeverdean association movement in the Metropolitan Area of Lisbon (MAL) and, second, to present views held by the associations in relation to the social, cultural, professional and housing integration of their community.

Considering the fact that these institutions play an important role in assisting the members of the community, it is essential to characterise the associations, the activities that they carried out and the problems they often encounter.

In addition to these objectives, the aim of this study is also to gather the views of the associations in relation to the difficulties often felt by the community when it comes to their integration, the role played out by the associations in assisting with the integration process as well as their opinions in relation to public support systems and other mechanisms, and conclusively, present suggestions that could contribute to bettering the conditions of the Capeverdean community in the MAL.

Key words: Association movements, Capeverdean community, insertion/integration.

Résumé

Dans cet article, l'auteur présente le mouvement associatif capverdien dans l'Aire Métropolitaine de Lisbonne (AML) et l'évaluation, par ces associations, de l'insertion sociale, culturelle, professionnelle ainsi que des conditions de logement de la communauté capverdienne.

Étant donné le rôle que jouent ces organisations auprès de la communauté capverdienne, il est apparu nécessaire de présenter leurs activités ainsi que les problèmes auxquels elles se trouvent confrontées.

Il s'agit aussi de rendre compte du regard que portent ces associations sur les difficultés d'insertion de la communauté capverdienne, sur le rôle des pouvoirs publics et les mécanismes d'insertion ; enfin, l'auteur expose leurs suggestions pour améliorer l'insertion des Capverdiens de l'AML.

Mots-clés : mouvement associatif, communauté capverdienne, insertion/intégration.

Introdução: o fenómeno associativo

A migração constitui um acto de mudança a vários níveis. Os obstáculos que surgem ao longo do processo migratório vão influenciar o modo como os imigrantes passam a organizar as suas acções e a sua integração na sociedade anfitriã. As dificuldades de integração são partilhadas pela maioria dos membros que compõem uma determinada comunidade imigrante. Assim, grupos informais, frequentemente isolados, dão muitas vezes lugar a estruturas formais que congregam indivíduos, unidos por uma proveniência comum e pela partilha de uma herança cultural – as associações de migrantes. Segundo as investigadoras Albuquerque, Ferreira e Viegas (2000: 11-12) “as associações representam um espaço de convívio, educação, comunicação, organização social, socialização, informação, reinterpretação das tradições, solidariedade e mediação entre a sociedade de origem e a de acolhimento”. As associações procuram responder a dois tipos de necessidades fundamentais sentidas pelos imigrantes. Primeiro, a conservação e afirmação da cultura de origem e a consolidação de um sentimento de pertença com base numa filiação identitária tornam-se variáveis importantes no espaço imigratório. As estruturas-base de uma associação funcionam como um meio que permite preservar a herança cultural do grupo em conjunto com o reforço da identidade étnica (Rex, 1994). Segundo, as associações pretendem realizar a prossecução de objectivos de ordem material, a maioria decorrente da necessidade de inserção e do desejo de integração num novo contexto social e cultural, bem como da participação cívica dos imigrantes. Assim as funções principais das associações acabam por ser culturais ou políticas ou ambas (Cheetham, 1988). As associações de imigrantes seguem um padrão relativamente constante, tendo objectivos não só solidários, recreativos ou culturais, como também de reivindicação e pressão política.

Após a fase embrionária do associativismo, em que a maioria das actividades é direccionada à preservação e transmissão da cultura dentro da própria associação (Rocha-Trindade, 1995), começam a surgir outras necessidades que acabam por provocar alterações aos fins e objectivos das associações. Em relação a esta mudança, Albuquerque, Ferreira e Viegas (2001: 21) observam o seguinte:

“(...) as actividades desenvolvidas pelas associações começam depois de ser mais dirigidas para a relação dos imigrantes com o meio envolvente, nomeadamente para a afirmação colectiva do grupo no contexto social de inserção e para a sua participação activa nas estruturas da sociedade receptora. (...) a predominância das funções associativas canalizadas para a conservação da identidade cultural a para uma vivência virada para dentro da própria comunidade, vai cedendo lugar a formas de organização

colectiva que valorizam, de igual maneira, o diálogo com a sociedade receptora e a integração social”.

O diálogo com a sociedade receptora ao qual Albuquerque, Ferreira e Viegas se referem advém principalmente da discriminação ou marginalização social que se traduzem nas dificuldades sentidas pelos imigrantes no acesso a determinados benefícios nos sistemas de educação, saúde, habitação, segurança social e mercado de trabalho. Assim as associações acabam por assumir um papel de mediação entre as pessoas que representam e o resto da sociedade. O associativismo étnico surge, tal como alegam Carita e Rosendo (1993: 139), como “*um instrumento aglutinador das expectativas e exigências dos imigrantes pertencentes a minorias étnicas numa sociedade de acolhimento*”.

É também essencial ter consciência de que os princípios organizacionais e o acolhimento por parte da sociedade anfitriã são variáveis cruciais no modo como as associações se implantam na sociedade (Soysal, 1994). A forma como as associações são aceites pela sociedade anfitriã e pelos poderes políticos tem influência nos discursos e estratégias organizacionais das associações. Assim, os princípios organizacionais e estilos de incorporação das políticas do país de acolhimento acabam por determinar o grau de envolvimento das associações na sociedade anfitriã e os padrões organizacionais dos imigrantes.

Também a sociedade anfitriã ou, mais concretamente, as suas políticas têm alguma influência na forma como as organizações colectivas de imigrantes se organizam, consoante os recursos disponibilizados. Soysal (1994) argumenta que os recursos disponíveis variam conforme as políticas do país acolhedor e os canais informais disponíveis para a participação e organização dos imigrantes, tal como certas políticas e instituições do Estado, encorajam a identidade colectiva e a criação de organizações categorizadas. Usufruindo desse direito, as associações de imigrantes definem os seus fins, estratégias, funções e níveis de operação consoante as políticas e recursos disponibilizados pelo Estado. Neste sentido, argumenta-se que a expressão e organização de identidades colectivas são enquadradas pelas formas institucionais dos poderes políticos. O reconhecimento pelo Estado de uma identidade étnica legítima pode dar direito a fundos monetários e mecanismos de participação o que significa que, de certo modo, as organizações de imigrantes estão dependentes do poder central.

Contudo, as associações são fontes de vitalidade, desempenhando um papel importante na vida dos seus membros, encorajando relações informais e, ao mesmo tempo, satisfazendo uma grande parte das necessidades sociais, culturais e, muitas vezes, económicas; frequentemente os imigrantes têm poucos contactos fora do grupo, acabando por utilizar as organizações

ligadas à comunidade como o principal meio de contacto com a sociedade anfitriã.

1. Enquadramento e metodologia

Este artigo centra-se no estudo do movimento associativo cabo-verdiano na Área Metropolitana de Lisboa bem como na imagem que as associações têm sobre a sua própria comunidade². A análise do associativismo cabo-verdiano resulta da necessidade de obter visões críticas sobre questões como a inserção dos imigrantes e seus descendentes por parte das entidades que estão próximas da comunidade. Assim, optou-se pela realização de um inquérito aos quadros dirigentes de associações cabo-verdianas, ou de associações cujo trabalho se dirige maioritariamente a esta comunidade, levado a cabo entre Fevereiro e Abril de 2001. Este inquérito foi de carácter exploratório e teve os seguintes objectivos:

- caracterizar as associações cabo-verdianas quanto à sua fundação, número de associados, área geográfica de actuação, populações alvo, fontes de financiamento, organização em termos estatutários, objectivos e actividades desenvolvidas, problemas com os quais as associações se deparam e as formas de cooperação com outras entidades;
- perceber a imagem que as associações têm em relação à integração da própria comunidade na sociedade portuguesa e as dificuldades encontradas pelas gerações mais jovens;
- analisar o papel que as associações desempenham na integração da própria comunidade e a importância desse papel;
- registar as opiniões das associações no que diz respeito aos principais mecanismos de actuação existentes;
- a partir de sugestões relativas às modalidades de inserção a implementar, apresentar propostas no sentido de melhorar as condições de inserção..

Com o fim de obter a informação necessária para atingir estes objectivos foram seleccionadas trinta e uma associações² das quais foram inquiridas vinte e sete³.

² A comunidade cabo-verdiana é a mais antiga comunidade de imigrantes em Portugal. Em 2003, segundo os dados do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, tinham autorização de residência 53858 cidadãos de Cabo Verde, representando 21,5% dos estrangeiros a residir legalmente em Portugal. Concentram-se maioritariamente nos distritos de Lisboa e Setúbal (88%), com particular destaque para alguns concelhos da Área Metropolitana de Lisboa.

² Chegou-se a este número através de Albuquerque, R.; Ferreira, L.E.; Viegas, T. (2000), Gomes, I. B. (Coord.) (1999) e através de contactos com dirigentes das associações.

³ Ver Anexo no fim do artigo. Vale a pena mencionar que o total de associações muda constantemente; novas associações estão sempre a ser criadas, enquanto outras cessam a sua actividade. Torna-se então impossível saber o número preciso de associações caboverdianas ou que lhes dirigem as suas actividades, cuja sede se situa na AML.

2. Caracterização das associações cabo-verdianas inquiridas

Para dar a conhecer o fenómeno associativo em questão, vale a pena primeiro salientar que quando se trata de associativismo cabo-verdiano, não se está a lidar com associações homogéneas, mas sim, com associações social, económica e politicamente estratificadas (Carita, 1994). Por um lado, encontra-se um associativismo de “elite” constituído por um subgrupo já estabilizado e integrado em Portugal e com uma estadia mais prolongada; por outro, há um associativismo de ou para imigrantes com baixo nível de instrução e qualificação profissional, com dificuldades de integração e que sofrem um processo de marginalização social, cultural e económica, cujas sedes se encontram nos bairros periféricos junto às populações que ali residem. Todavia, na caracterização das associações cabo-verdianas optou-se por abordá-las como um todo, daí os seus objectivos e actividades serem apresentados em conjunto.

Em relação à antiguidade são associações relativamente recentes; das vinte e sete contactadas, dezanove foram fundadas nos anos noventa, sete nos anos oitenta e apenas uma nos anos setenta. O fenómeno associativo da década de noventa deve-se ao crescimento progressivo dos fluxos de entrada e à ausência de uma política de inserção que conduziu ao reforço do associativismo, organizado com o intuito de reivindicar os direitos da comunidade (Albuquerque, Ferreira e Viegas, 2000: 42-45).

Quanto ao estatuto jurídico, na maioria dos casos, são associações sem fins lucrativos, independentes de quaisquer governos, partidos políticos e confissões religiosas (25), havendo, também, vários casos de IPSS (10), organizações estabelecidas pela Igreja Católica Portuguesa com personalidade jurídica canónica (2), instituições com fins de saúde e humanitárias (3), uma fundação, uma federação, bem como duas associações que referem estar a aguardar o estatuto de Organização Não Governamental (ONG).

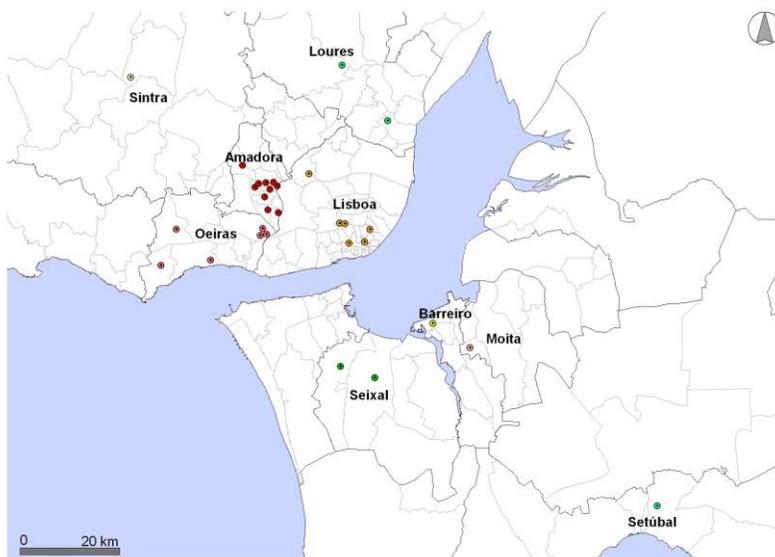
No que diz respeito à localização das associações, confirmou-se que a maioria encontra-se nas zonas periféricas da AML junto das populações que representam, ou seja, são associações de bairro⁴. Considerando o facto dos concelhos de Amadora, Oeiras e Lisboa serem os mais populosos no que diz respeito à comunidade cabo-verdiana, não é de surpreender o facto da

⁴ Importa precisar que dentro das associações de bairro inquiridas se distinguem as associações caboverdianas das associações ligadas à comunidade caboverdiana que, em alguns casos, são associações de moradores que se dedicam a várias etnias. As primeiras visam apoiar especificamente a comunidade caboverdiana, enquanto as segundas abrangem as populações residentes nos respectivos bairros (que são, em grande parte, maioritariamente habitados por caboverdianos).

maioria das associações se situar, também, nestes mesmos concelhos (Figura 1). Três quartos das associações seleccionadas situam-se nestes três concelhos (Amadora - 10, Lisboa - 7, Oeiras - 6)⁵.

No que concerne à localização das sedes das associações, são mais numerosas aquelas que se encontram instaladas em espaços cedidos pela Câmara Municipal ou pela Junta de Freguesia (15). Menor é o número das que tem sede própria (6) ou em que a sede foi cedida provisoriamente por um particular (2). Algumas associações não têm sede (4), ou porque estão à espera da cedência de um espaço por parte da Câmara ou da Junta de Freguesia, ou porque a associação não tem meios económicos para manter um espaço próprio, sendo utilizada como sede a casa particular de um dos seus dirigentes.

Figura 1 - Distribuição geográfica das associações seleccionadas



Os problemas no que se refere à aquisição de um espaço próprio devem-se, principalmente, à escassez de recursos financeiros e à dependência de subsídios dos organismos públicos. Na maioria dos casos, a única fonte de receitas regular é a quotização dos sócios, o que constitui um recurso limitado, porque, em geral, as quotas têm um valor simbólico e nem

⁵ As restantes associações distribuem-se pelos concelhos de Loures (2), Seixal (2), Barreiro (1), Moita (1), Setúbal (1) e Sintra (1).

todos os sócios as pagam. Todavia, há outras formas de financiamento que, na maioria dos casos, são de carácter pontual. Destacam-se as seguintes: i.) subsídios provenientes de organismos públicos, nomeadamente de Câmaras Municipais⁶ e Juntas de Freguesia; ii.) subsídios concedidos pelos Centros Regionais da Segurança Social às associações que desenvolvem actividades na esfera social; iii.) subsídios de vários ministérios (Ministério da Ciência e Tecnologia, Ministério do Trabalho e da Solidariedade, Ministério da Educação, Ministério da Saúde); iv.) financiamento de projectos pelo Fundo Social Europeu; v.) outras iniciativas de solidariedade (por ex. Banco Alimentar Contra a Fome, Comissão Nacional de Luta Contra a Sida) vi.) Alto Comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas (ACIME) e, ainda; vii) receitas provenientes de iniciativas culturais e de animação bem como de actividades de carácter “lucrativo” (por ex. bar/restaurante).

Existe uma relação estreita entre a população-alvo e a área geográfica de actuação das associações. Nota-se que as associações com forte implantação nos bairros (14) estão vocacionadas para auxiliar os seus moradores, enquanto as associações sem forte ligação territorial têm objectivos mais heterogéneos. Estas dirigem a sua atenção e actividades para grupos mais específicos como, por exemplo, indivíduos com problemas de saúde e idosos (9), imigrantes recém-chegados (6), a comunidade jovem (7), profissionais (3), estudantes (1) ou a grupos populacionais em Cabo Verde (5). As áreas geográficas de actuação destas associações acabam, também, por ser mais diversificadas, abrangendo, por exemplo, um determinado concelho ou distrito, a AML, todo o território português ou áreas específicas em Cabo Verde.

Os objectivos variam consoante se está em presença de uma associação de bairro ou de outro tipo. Entre as associações de bairro os objectivos são muito semelhantes, enquanto as associações sem ligação territorial têm objectivos mais diversificados. Mas, globalmente, são objectivos de natureza social, cultural ou de solidariedade, que visam auxiliar os imigrantes cabo-verdianos na sua inserção em Portugal.

O trabalho da maioria das associações centra-se na defesa ou promoção dos interesses do grupo que representa. Assim, as que lutam pelos direitos dos moradores de bairros de habitação social, procuram também melhorar as condições habitacionais, funcionando como órgão de pressão junto das autarquias. Outras associações têm como objectivo a promoção de áreas específicas como, a saúde, a formação profissional ou a inserção da comunidade jovem; e, as associações de carácter profissional aproveitam as competências que detêm para promover o desenvolvimento em Cabo Verde.

⁶ As actividades que as associações realizam baseiam-se em projectos que são submetidos às autarquias para obtenção de financiamento. Algumas associações apresentam, anualmente, um Plano de Actividades à Câmara Municipal que lhes atribui uma verba para actividades culturais e desportivas.

Há também associações, cuja actividade será menos dirigida a grupos de imigrantes, mas que se reveste de grande interesse, pois visa contribuir para organizar o movimento associativo, criar a consciência de pertença a Cabo Verde e preservar e divulgar o património cultural de Cabo Verde em Portugal.

Das vinte actividades incluídas no inquérito, a que se juntaram outras mencionadas pelos dirigentes associativos, as mais frequentes relacionam-se com a preservação da cultura cabo-verdiana. A organização de festas, palestras, congressos e seminários sobre o cabo-verdianismo, a promoção de artistas, formação de grupos e espectáculos de música e dança e, também, de encontros gastronómicos, são as principais realizações das associações cabo-verdianas na AML.

Muito significativas são, também, as actividades relacionadas com os problemas nos bairros e com a inserção da comunidade na sociedade anfitriã. Entre as actividades direccionadas para o bairro destacam-se, o atendimento à população, a assistência para resolução de problemas habitacionais e a distribuição de alimentos e medicamentos aos mais carenciados. No que toca às actividades relacionadas com a inserção da comunidade, salientam-se, embora com menos frequência que as anteriores, o auxílio prestado por ocasião de processos de legalização e renovação de documentos e, também, apoio jurídico. Por último, a organização de cursos de alfabetização para adultos.

O terceiro tipo de actividades centra-se nas camadas jovens, nomeadamente na área educativa e de ocupação dos tempos livres (ATL) dos filhos dos imigrantes, cursos de formação profissional e, também, actividades ligadas ao desporto e à cultura, tanto cabo-verdiana, como portuguesa.

A manutenção de laços, não só com Cabo Verde, mas, também, com outras comunidades cabo-verdianas radicadas noutras partes do mundo, faz parte da actividade destas associações. A sua actuação neste domínio é concretizada através de intercâmbios ou projectos de auxílio. São, geralmente, intercâmbios de jovens, de grupos culturais e desportivos, de informação; os projectos de auxílio enquadram a distribuição de alimentos, roupas, medicamentos e equipamentos. Algumas associações têm ligações estreitas com concelhos em Cabo Verde, que se materializam precisamente através de intercâmbios e de projectos de auxílio.

Apesar do trabalho desenvolvido fica a ideia do muito que há para fazer no comentário de um dirigente: *“É pena mas nem todos os objectivos e actividades que se pretendem concretizar acabam por ‘ver a luz do dia’.* *Tentamos fazer algo para o bem de todos: - para o cabo-verdiano e para o português, para Cabo Verde e para Portugal; - mas raramente as coisas*

correm ‘às mil maravilhas’. Há sempre algo que nos prende; algo que não nos permite atingir a meta definida inicialmente”⁷.

3. Problemas com que se defrontam as associações

Entre os problemas sentidos pelas associações analisaremos os de ordem política, económica, organizacional, social e cultural. Porém, é antes de tudo, importante notar que determinado tipo de problema, frequentemente, reflecte, também, dificuldades de outra ordem. Por exemplo, a falta de financiamento pode ser um problema de ordem económica mas que se pode reflectir em dificuldades de ordem organizacional ou cultural.

As principais questões que as associações tentam resolver são de ordem política como, por exemplo, arranjar sede, organizar e planear projectos, resolver problemas internos. Todos estes assuntos exigem diálogo e uma intervenção política a vários níveis. As associações queixam-se das dificuldades criadas pelos poderes políticos, nomeadamente da falta de responsabilidade e coerência. No caso das associações de bairro, por exemplo, estas procuram dialogar com a Câmara ou a Junta de Freguesia na tentativa de resolver as situações mais problemáticas, mas um dirigente lamentava que: *“Fazem-se promessas, mas muitas são esquecidas”*.

O segundo conjunto de problemas com que as associações se debatem, e provavelmente o mais grave, é de carácter económico. A grande maioria das associações vive de projectos apresentados às Câmaras, aos Ministérios ou de subsídios, sendo o financiamento das actividades conseguido caso a caso, o que impede a planificação das acções a médio ou longo prazo. Muitos projectos acabam por não ser concretizados por falta de financiamento. As associações queixam-se de não ter condições económicas para apoiar todas as iniciativas e, como nos relataram, *“muitas vezes o dinheiro sai do bolso dos dirigentes, da boa vontade de querer ajudar a comunidade”*.

Se os fracos recursos financeiros são escassos, também os recursos humanos são limitados. Aliás, um aspecto decorre do outro, já que poucas associações dispõem de recursos financeiros para manter funcionários e, mesmo aquelas que podem, queixam-se de não lhes poder pagar um ordenado razoável. Mesmo nestes casos, os funcionários acabam por arranjar outros trabalhos pelo que, no dizer de um dirigente *“torna-se impossível manter uma equipa onde todos têm um profundo conhecimento e acompanhamento dos ‘dossiers’ o que no fim dificulta a própria intervenção técnica”*. A maioria das associações está, por isso, dependente do trabalho voluntário dos

⁷ As citações em itálico, sem menção do autor, foram recolhidas nas entrevistas realizadas aos dirigentes associativos.

associados, o que, também, causa dificuldades. Por conseguinte, “*sem trabalho voluntário não se consegue nada. Mesmo assim não deixa de haver aquelas pessoas que criticam (...) mas nunca perguntam ‘o que é que eu posso fazer para ajudar?’*”.

Os problemas sociais que as associações acabam por sentir não são, na sua generalidade, directamente sofridos por elas, mas, sim, pelas pessoas que representam, e que é expresso na seguinte frase: “*Todos solicitam a ajuda da associação, ou porque não têm documentos, ou porque vão ser repatriados, ou porque têm problemas com a Câmara ou a Junta, ou porque não sabem preencher um documento, ou porque têm problemas de trabalho ou de saúde; - por fim os problemas sociais das pessoas tornam-se os problemas sociais da associação*”. Contudo, não deixa de haver uma pequena minoria entre as associações entrevistadas que se queixa da sua própria exclusão social como se extrai da frase seguinte: “*A Associação não tem a devida visibilidade porque somos uma associação minoritária, representante de pessoas de outro país e de outra cor, com recursos económicos muito pobres. Também a sociedade não encara bem a associação porque existe um estereótipo que isto é uma associação de marginais*”.

Por último, os problemas de ordem cultural preocupam bastante as associações, principalmente, no que diz respeito à falta de oportunidades de divulgação da cultura cabo-verdiana em Portugal e à pouca colaboração dos poderes públicos na realização de acontecimentos e projectos culturais. A este respeito, um dirigente associativo explica que “*... para realizar um projecto cultural tivemos que avançar com uma proposta (à Câmara ou Junta de Freguesia) e esperar uma resposta. Com as esperas a que estamos acostumados a cultura não vai para frente. No fim de tudo, acabamos por fazer jogos simples principalmente para ocupar os mais jovens*”. Enquadrar os jovens descendentes na cultura cabo-verdiana é, também, preocupação das associações visto que “*certos componentes culturais se estão a perder e as associações precisam de meios e colaboração para preservá-los e divulgá-los*”. Por fim, outra dificuldade é conseguir que a sociedade anfitriã respeite os traços culturais que tentam divulgar. A discriminação da cultura cabo-verdiana torna-se, assim, motivo de preocupação para as associações. “*Há um certo medo daquilo que é estranho e há sempre aquela pequena minoria que pensa; ‘Isso aqui não me pertence’. Para nós aqui na associação, isso até é um incentivo para continuarmos*”.

4. Relações externas e parcerias

A maioria das associações mantém relações privilegiadas com as Câmaras Municipais, nomeadamente no que diz respeito a apoios financeiros

e materiais e no que concerne ao desenvolvimento de projectos. Ao mesmo tempo, pode-se argumentar que existe uma dependência mútua como refere o seguinte comentário:

“... nós (as associações) somos os melhores conhecedores do terreno e da comunidade. A Câmara, a Junta, - eles precisam de nós e das nossas actividades porque nós somos capazes de tirar os jovens das ruas, somos capazes de dar uma melhor formação aos jovens, estamos a ajudar a combater a delinquência e o crime, e isso é benéfico para toda a comunidade em geral”.

Destacam-se assim colaborações entre o poder local e as associações cabo-verdianas no âmbito da formação de jovens, no domínio da mediação intercultural, através de projectos que procuram fazer um diagnóstico dos problemas dos bairros, dar apoio escolar e formação profissional, criar projectos socioculturais e desportivos⁸ bem como intervir nos processos de realojamento no âmbito do Programa Especial de Realojamento (PER e PER-Famílias)⁹.

Para além das relações com os poderes locais, as associações mantêm fortes relações com o poder central, principalmente, através de vários organismos dos Estado, dos quais merece destaque o ACIME¹⁰. Em projectos com entidades governamentais, é comum haver cooperação entre as associações, os ministérios e a União Europeia, destacando-se: (i) o Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP) na criação das Unidades de Inserção de Jovens na Vida Activa (UNIVAS) e das Iniciativas Locais de Emprego (ILE); (ii) o Ministério da Ciência e Tecnologia; (iii) a Direcção Geral de Emprego e Formação Profissional; (iv) a Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo e a Sub-Região de Saúde de Lisboa em protocolos no domínio da educação para a saúde e prestação de cuidados de saúde.

As associações mantêm entre si relações estreitas que se materializam da seguinte forma (Gomes, 1999: 193): (i) as associações que se localizam na mesma zona tendem a desenvolver trabalho conjunto e a concertar esforços; (ii) as associações com objectivos e dinâmicas semelhantes

⁸ Destaca-se aqui o Programa URBAN que tem como objectivo o desenvolvimento comunitário e a inserção social e profissional das comunidades imigrantes, desenvolvendo acções no âmbito da construção de infra-estruturas e no domínio da educação e do emprego (Gomes, 1999). O Programa envolve colaborações entre várias associações e as Câmaras Municipais da AML.

⁹ O Programa Especial de Realojamento (PER) (Decreto Lei n.º 163/93, de 7 de Maio, e Lei n.º 34/96, de 29 de Agosto, que alterou o primeiro documento), implementado nas Áreas Metropolitanas de Lisboa e Porto, tem como objectivo realojar os cidadãos que moram em habitações degradadas em bairros de habitação social.

¹⁰ Os protocolos que o ACIME estabelece com entidades governamentais com o objectivo de promover a integração sócio-económica dos imigrantes e das minorias étnicas, tem subjacente o envolvimento das associações representativas das várias comunidades, mediante o apoio financeiro a acções que visam a realização dos objectivos delineados (Albuquerque, Ferreira e Viegas, 2000: 57).

organizam eventos em conjunto; (iii) realização de reuniões de reflexão em torno do associativismo, sobretudo por parte das associações de cariz mais institucional.

A cooperação entre as associações e ONGs e outras instituições sociais tem permitido estabelecer parcerias com: (i) as ONGs anti-racistas SOS Racismo, Frente Anti-Racista e Associação Olho Vivo, na tentativa de denunciar actos de racismo e discriminação e também informar os imigrantes sobre os seus direitos; (ii) as ONGs Cidadãos Sem Fronteiras, a OIKOS e a Cruz Vermelha com o intuito de auxiliar tanto os imigrantes em Portugal como a população de Cabo Verde; (iii) o Instituto de Apoio à Criança (IAC), no combate à delinquência; (iv) a Associação ABRAÇO, trabalhando na prevenção e combate contra a SIDA; (v) a Organização Internacional para as Migrações (OIM) e o Estado para a execução de um programa-piloto de retorno voluntário de imigrantes para Cabo Verde.

As relações entre as associações e a Embaixada de Cabo Verde têm sido estreitas, principalmente ao nível de troca de convites para inaugurações, festas ou outras realizações, e também quando se trata da discussão de projectos a realizar em Cabo Verde.

As associações mantêm ainda relações com as seguintes entidades: escolas, sindicatos, Polícia de Segurança Pública (PSP) e instituições religiosas.

O apoio às crianças passa pelo intercâmbio de informação com as escolas, nomeadamente sobre as crianças que frequentam os ATL das associações após as aulas. O seu trabalho passa também pela melhoria das relações entre professores e alunos e da aproximação destes à escola, através de iniciativas como o convite aos professores para visitar o bairro e conhecer a realidade dos seus alunos. Algumas associações de bairro (por ex., Moinho da Juventude, Unidos de Cabo Verde) possuem mediadores que funcionam como elo entre as famílias e a escola, ajudando os jovens na integração escolar. Por último, o Secretariado Coordenador dos Programas de Educação Multicultural¹¹, em parceria com as associações étnicas locais desenvolve projectos de educação multicultural cuja metodologia tem por base o encontro de pontos comuns entre as várias comunidades étnicas integradas nas escolas.

Os sindicatos têm vindo a adequar, também, as suas actividades à situação específica da comunidade cabo-verdiana (e comunidades imigrantes em geral). As associações e as centrais sindicais (quer a Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses - CGTP-IN, quer a União Geral dos Trabalhadores - UGT) têm colaborado em parceria nas campanhas de

¹¹ O Secretariado Coordenador dos Programas de Educação Multicultural desenvolve projectos de educação multicultural em 49 escolas integradas no Projecto *Educação Intercultural* do Ministério da Educação (Gomes, 1999: 214).

informação relativas aos direitos dos trabalhadores estrangeiros, bem como nos processos extraordinários de legalização dos imigrantes (1992/93 e 1996) (Albuquerque, Ferreira e Viegas: 2000: 44).

O relacionamento com as autoridades policiais foi considerado fraco, sendo desejável que se altere a imagem da polícia junto dos jovens. Citando um dirigente: *“Existe uma falta de sensibilidade da parte da maioria dos agentes no que diz respeito a nós. ... outro tipo de preparação da parte deles iria facilitar as relações”*. São de destacar duas iniciativas: i.) as acções de formação multicultural dos futuros quadros superiores da PSP na Escola Superior de Polícia que envolvem também as associações e, ii.) a realização de jogos de futebol entre membros da polícia e jovens do bairro.

Duas das associações entrevistadas - o Centro Social do Bairro de 6 de Maio e o Centro Social e Paroquial Cristo Rei de Algés- estão fortemente ligadas à Igreja Católica, existindo projectos de auxílio da Obra Católica Nacional das Migrações.

4. A inserção da comunidade cabo-verdiana

Da mesma forma que as associações estão social, económica e politicamente estratificadas, também a comunidade cabo-verdiana encontra-se segmentada. Há um segmento minoritário com melhor estatuto social – os quadros técnicos e administrativos– que tem maior facilidade de inserção devido à sua situação sócio-económica mais favorável, e, também, à estadia prolongada em Portugal (a maioria dos quadros já se encontra em Portugal há mais de 25 anos). Noutro grupo estão os imigrantes com baixo nível de instrução e qualificação profissional, chegados a Portugal após 1975, que representam a maioria da população e que tendo dificuldades de integração, são marginalizados social, cultural e economicamente (Amaro, 1985; França, 1992; Saint-Maurice, 1997). Citando Gomes (1999: 197): *“É com alguma facilidade que se conseguem identificar dois pólos distintos da comunidade, mas a tendência generalizada é para a predominância de uma visão unívoca da comunidade, cujo grupo mais numeroso se pode considerar dentro daquelas características (...)”*. A nossa atenção estará virada para o segundo grupo de imigrantes cabo-verdianos, mais numeroso e mais recente, que, naturalmente, sente mais dificuldades de integração.

4.1. Dificuldades de integração

As principais dificuldades sentidas pela comunidade cabo-verdiana têm a ver com a posição sócio-económica da maioria dos seus membros, que se

caracteriza por situações de pobreza fruto da baixa escolaridade, inserção precária no mercado de trabalho e falta de habitação condigna. Um dos entrevistados explica este fenómeno da seguinte forma: *“É um ciclo vicioso; - os cabo-verdianos não têm meios económicos, vivem em barracas e, por causa disso, são postos à parte do resto da sociedade. Ao serem postos de parte, são discriminados, não podem arranjar um melhor trabalho e, assim, não podem adquirir melhores meios económicos, ... e o ciclo continua”*. Segundo vários dirigentes associativos, os problemas sociais devem-se, também, à falta de uma política adequada de integração. *“O grande problema”* explica um dirigente *“é que os cabo-verdianos nunca foram acolhidos no seio da sociedade, mas sim, foram colocados nas periferias em todos os aspectos da vida. Portugal não se preparou para nos receber. Nós sofremos com isso tudo, mas a falta de uma política de integração leva a que Portugal sofra também”*. A situação ilegal de muitos cabo-verdianos não lhes permite ter acesso aos serviços de segurança social e saúde, mas também a falta de formação social e direitos de cidadania.

Acerca das dificuldades sentidas na inserção cultural dos cabo-verdianos, a maioria dos entrevistados é de opinião que as diferenças culturais entre portugueses e cabo-verdianos não são assim tão pronunciadas. *“Aquilo que é mais elementar, são os itens que os cabo-verdianos trazem com eles na sacola quando vêm para Portugal”*, explica um dirigente, *“- itens que nem sempre são valorizados nem respeitados após a chegada. Assim, não pode haver inserção cultural...”*. As associações fazem questão de lembrar que os portugueses conhecem bem a cultura cabo-verdiana e que a sociedade portuguesa até aprecia os traços culturais cabo-verdianos, o que é atestado pela popularidade da música de vários artistas cabo-verdianos (como Cesária Évora e Tito Paris) e da comida (como é o caso da *cachupa*).

As dificuldades sentidas, em termos da inserção profissional, advêm, sobretudo, da situação ilegal em que muitos dos imigrantes se encontram. Esses imigrantes acabam por trabalhar sem contrato e em condições precárias, sujeitos a serem explorados pelos patrões. Um dos entrevistados lamenta que, *“(…) quando um país precisa de mão-de-obra, como é o caso de Portugal neste momento, é fácil inserir os trabalhadores. Quando não é preciso, a atitude predominante acaba por ser do tipo «estes vêm roubar trabalho aos que já cá estão». O imigrante tornam-se assim uma mão-de-obra descartável”*. O baixo nível de instrução constitui, também, um obstáculo a uma melhor inserção laboral da comunidade. Segundo o representante de ma associação: *“Há mas é uma falta de qualificação e, também, de oportunidades de formação profissional. Mesmo assim, o cabo-verdiano nunca pára de trabalhar. Onde houver uma oportunidade de ‘ganhar uns tostões’, o cabo-verdiano está lá”*.

Bastante sentidas são também as dificuldades habitacionais. Por certo que a situação precária em que muitos cabo-verdianos se encontram, vivendo em habitações degradadas e clandestinas, deve-se, principalmente, às dificuldades económicas. *“Quem não tem uma formação, não tem um bom trabalho. Quem não tem um bom trabalho tem um baixo rendimento. Quem tem um baixo rendimento não pode adquirir uma habitação condigna por não ter direito ao empréstimo. Assim, continua a viver na barraca”*. Uma queixa comum é a falta de colaboração do poder local na tentativa de melhorar as condições nos bairros, algo que é sentido nos processos de realojamento¹². As críticas vão para a falta de consulta pelas Câmaras, tanto aos futuros moradores como às associações, no que diz respeito aos projectos. As associações queixam-se, também, que os processos de realojamento são muito burocráticos e que os moradores nem sempre têm conhecimento do processo. As associações fazem também questão de lembrar que os cabo-verdianos não estão habituados a viver em prédios. *“É preciso formar os realojados para que eles possam viver em comunidade nos edifícios de realojamento e respeitar o espaço onde moram e o que partilham”* explica um dirigente. Por último, é importante mencionar que a atitude da sociedade portuguesa nem sempre permite uma inserção habitacional adequada, isso porque quando um novo bairro social é erguido numa zona residencial, por exemplo, os moradores já residentes não aceitam porque, *“já existe o estereótipo das pessoas das barracas como ladrões e traficantes que só servem para transtornar”*.

A comunidade jovem preocupa bastante as associações, principalmente no que diz respeito ao conflito identitário, muitas vezes traduzido em sentimentos de revolta que se revelam na forma de insucesso escolar e desemprego, e, também, na vivência nos bairros e no seio familiar. As questões de identidade destes jovens, podem ser expressas da seguinte forma:

“Em termos de naturalidade (os jovens) são portugueses, em termos de nacionalidade são cabo-verdianos. A sociedade portuguesa não os vê como portugueses por causa da negritude e, por isso, acabam por possuir a mentalidade: ‘eles são negros por isso são africanos’. Por outro lado, eles (os jovens) não conhecem Cabo Verde e não se identificam muito com o cabo-verdianismo que os pais lhes transmitem. Em conclusão disto tudo, acabam, também, por não terem uma autodefinição, e, daí, vão à procura duma e acabam por se encontrar noutras formas de ser africano, principalmente, no afro-americanismo”.

¹² A excepção parece ser o concelho de Oeiras, destacando a maioria das associações aí localizadas o bom trabalho feito pela autarquia no que diz respeito às condições de habitação. Sobre a participação de imigrantes neste concelho, ver Marques, M. M. et. al., 1999.

As associações partilham a opinião que a sociedade de acolhimento desempenha um papel crucial na integração da comunidade jovem. Tal como expõe uma das associações, *“estes jovens nascem cá, vivem cá mas não têm os mesmos direitos perante a lei porque não são reconhecidos como portugueses. Há, assim, uma falta de reconhecimento de cidadania substantiva”*. O mesmo pode dizer-se em relação ao ensino, pois os currícula escolares não levam em linha de conta as comunidades africanas. *“O sistema de ensino tem culpa do insucesso escolar porque não consegue captar a atenção desta população”*, explica um dirigente. *“O aluno cabo-verdiano, dentro da sala de aula, é estereotipado como aluno que mais tarde ou mais cedo está na última fila e eventualmente fora da escola e, por isso, não lhe é dado o devido respeito”*. Com esta rejeição cria-se um sentimento de revolta, entre esses jovens, que os leva a realizar determinados actos que *“por um lado são condenáveis mas por outro até se percebe o porquê, porque é a forma de chamar a atenção à revolta que (os jovens) sentem”*.

Argumenta-se também que a situação em que muitos jovens se encontram deve-se à situação económica dos pais, ou seja, acabam por herdar a pobreza. A este respeito, um dos dirigentes explica que *“... é preciso não esquecer, que o jovem cabo-verdiano (...) não é um aluno com quarto e com computador, mas sim, um aluno pobre. Tudo o que ele queira atingir na vida tem que ser com a sua própria vontade”*. Um segundo dirigente afirma o seguinte:

“É importante não esquecer que a maioria dos pais trabalha longas horas nas obras, enquanto as mães, muitas vezes, ocupam vários trabalhos como domésticas. Logo desde novinhos, os filhos começam a ser abandonados na rua e (...) acabam por perder interesse pela escola. Muitos acabam por ‘seguir os passos’ dos seus pais, mas a verdade é que muitos também não querem trabalhar ‘no duro’. No fim, as más influências no bairro acabam por levar esta população jovem para o mundo da criminalidade; - sempre é muito mais fácil do que ir trabalhar para as obras”.

4.2 Papel das associações na inserção da comunidade

Todas as associações entrevistadas consideram as suas funções essenciais e de grande importância na integração da comunidade cabo-verdiana em Portugal.

No que diz respeito à inserção social é importante referir que as associações actuam como um ponto de acolhimento para os indivíduos que deixam Cabo Verde e que chegam a Portugal sem quaisquer conhecimentos e forma de acompanhamento. As associações acabam por ser centros de convívio, de comunicação, de integração e, para alguns, *“uma segunda*

casa”, principalmente para aqueles que se encontram em Portugal sem familiares.

Conhecedoras das dificuldades dos imigrantes, as associações organizam-se para manifestar às autoridades nacionais a sua posição sobre a legislação relacionada com os assuntos da imigração e discriminação, e também ao poder local nos assuntos que afectam a comunidade.

Como já referimos o papel das associações é de grande importância para os jovens, pois desenvolvem actividades para os “arrancar” da marginalidade, dar-lhes auto-estima e uma ocupação saudável. Como mencionou um dirigente: *“A educação e a formação é a principal arma que se pode utilizar, no que diz respeito à comunidade jovem”*.

O associativismo também é muito importante na inserção cultural da comunidade. As associações proporcionam um espaço de convívio onde os associados podem partilhar memórias e discutir assuntos da vida actual tornando-se assim um espaço intermediário entre a terra mãe e a nova sociedade. Cabe também às associações organizarem manifestações culturais de dança, música, contar histórias, jogos, etc., actividades que servem para equilibrar a influência de diversas culturas como a portuguesa, cabo-verdiana e afro-americana. Como afirma um dirigente: *“As iniciativas culturais das associações são fundamentais no reencontro dos imigrantes com o próprio e, também, com outros que partilham a mesma cultura”*.

Para ajudar na inserção profissional dos cabo-verdianos, as associações oferecem cursos de alfabetização e formação profissional, organizam estágios, informam sobre direitos e deveres dos trabalhadores e funcionam como redes de informação ao criar um espaço onde as pessoas podem comunicar e trocar conhecimentos sobre oportunidades de emprego. As associações têm, também, como função, comunicar às autoridades e aos sindicatos os casos de exploração de que tenham conhecimento; e aos mais jovens, a divulgação dos sucessos profissionais de cabo-verdianos para que tenham exemplos positivos.

No domínio da inserção habitacional da comunidade, as associações destacam o seu papel como intermediário e elo de ligação entre os moradores dos bairros degradados e os poderes políticos. No processo de realojamento, as associações divulgam o PER, dando informação, inclusive financeira, e apoio aos moradores. Em conjunto com estas funções, as associações tentam, também, educar as pessoas em relação ao comportamento a manter no seu espaço habitacional.

Por fim, apesar da importância que é atribuída ao associativismo pelas próprias associações, detectam-se algumas preocupações quanto à falta de organização na sua actuação, sendo, muitas vezes, necessário estruturar e desenvolver estratégias comuns, de forma a proporcionar uma maior sinergia de resultados. De facto, as associações cabo-verdianas em Portugal não têm

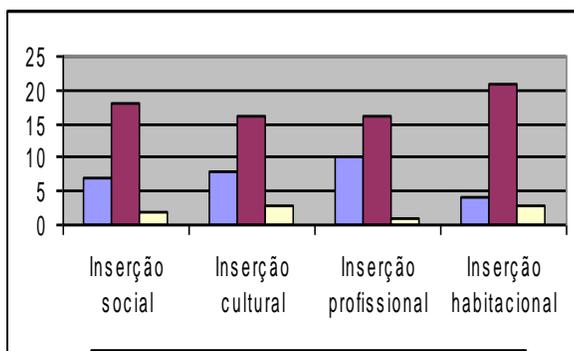
qualquer estrutura que as agregue (Gomes 1999: 195) apesar de existir a Federação de Associações Cabo-verdianas em Portugal. Sobre esta temática, um dirigente explica que, “... é importante aproveitar as experiências das outras associações para melhorar as iniciativas. Quanto mais associações existirem, melhor é, pois mais alta se torna a nossa voz”.

4.3 Entidades públicas e mecanismos de inserção

Os dirigentes associativos foram questionados sobre o grau de satisfação com as práticas implementadas pelas entidades públicas (por ex., governo central, autarquias, etc.) em relação à inserção social, cultural, profissional e habitacional da comunidade cabo-verdiana, e, expressaram também a sua opinião sobre os seguintes mecanismos de inserção: processos extraordinários de legalização, Rendimento Mínimo Garantido, programas PER e URBAN, ACIME e Conselhos Consultivos para as Minorias Étnicas.

No que concerne ao nível de satisfação com as práticas públicas (Figura 2), a maioria das respostas foi negativa, tanto em termos de inserção social e cultural, como profissional e habitacional. O nível de insatisfação é mais elevado no que diz respeito à inserção habitacional dos cabo-verdianos (21 das 27 associações seleccionadas). As associações queixam-se, principalmente, da lentidão do processo de realojamento e, também, da falta de atenção das autarquias na criação de condições dignas de habitação. Pouco favorável é também a opinião (18) acerca das práticas públicas tendo em vista a inserção social dos imigrantes. As associações queixam-se da falta de divulgação de informação quanto aos direitos dos imigrantes e também de medidas que favoreçam a integração. Em relação à integração cultural da comunidade, 16 associações expressaram o seu descontentamento com os poderes públicos, devido à falta de apoio na realização de acontecimentos culturais. Foram também 16 as associações que expressaram a sua insatisfação com o papel das entidades públicas na inserção profissional dos cabo-verdianos, destacando a necessidade do poder político criar melhores condições de formação profissional e de trabalho para que a exploração laboral não aconteça.

Figura 2 - Satisfação com as práticas implementadas pelas entidades públicas na inserção da comunidade caboverdiana

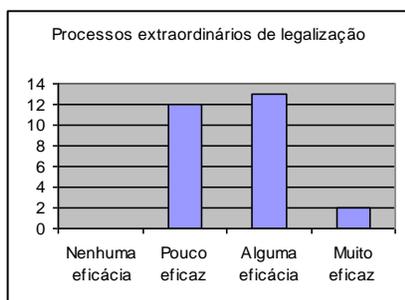


Fonte: Inquérito às associações (2001).

Na generalidade as associações são muito críticas em relação aos mecanismos de inserção dos imigrantes implementados pelos poderes políticos. Apesar desta posição, os dirigentes foram inquiridos sobre o grau de eficácia dos cinco mecanismos já mencionados, tendo como opções de resposta: nenhuma eficácia, pouco eficaz, alguma eficácia ou muito eficaz.

No que diz respeito aos processos extraordinários de legalização a maioria das associações divide-se entre as respostas “pouco eficaz” (12) e “alguma eficácia” (13), apenas duas associações responderam “muito eficaz” (Figura 3). Apesar das associações considerarem úteis os processos de legalização de imigrantes, é a elaboração da lei, em si, que é frequentemente criticada. As associações reclamam que a Lei devia contemplar a situação de residência e não de permanência e que a renovação anual da autorização não é prática. Outra queixa bastante comum envolve a burocracia que rodeia o processo de obtenção dos documentos necessários e os atrasos nos processos. As associações “apontam o dedo” ao Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF) pelos maus resultados. Pelo lado positivo, as associações explicam que os processos são bons para controlar as relações trabalhadores-empregadores, visto que para um indivíduo se legalizar tem que apresentar um contrato de trabalho.

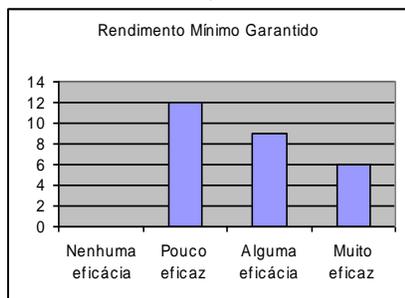
Figura 3 - Grau de satisfação relativo aos processos extraordinários de legalização



Fonte: Inquérito às associações (2001)

O Rendimento Mínimo Garantido reúne mais opiniões favoráveis (Figura 4): 15 associações reconheceram “alguma eficácia” ou “muito eficaz”, enquanto 12 responderam “pouca eficácia”. As associações cabo-verdianas que responderam de forma mais positiva acreditam que este recurso é necessário para aqueles que se encontram numa situação mais carenciada. Houve, no entanto, alguns comentários no sentido de, muitas vezes, o Rendimento Mínimo Garantido poder ser um aliciante à preguiça, enquanto outras pessoas precisam desse rendimento e não o conseguem por razões burocráticas ou por falta de conhecimento.

Figura 4 - Grau de satisfação sobre o Rendimento Mínimo Garantido

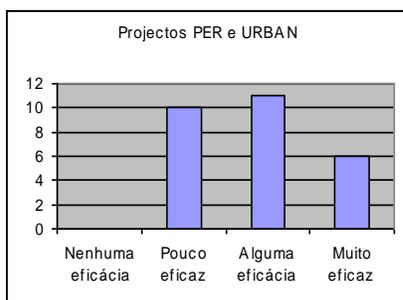


Fonte: Inquérito às associações (2001)

Apesar de demonstrarem o seu descontentamento com as entidades que gerem o PER e o URBAN, as associações reconhecem o valor destas iniciativas. Para 17 das associações inquiridas estes projectos são “muito eficazes” ou têm “alguma eficácia” (Figura 5). Estas associações consideram que estes projectos dão oportunidades a quem não tem outras opções para adquirir uma habitação condigna. A maioria dos dirigentes demonstra estar satisfeita com a existência destes mecanismos, sendo a forma como se procede à implantação dos programas que é alvo de críticas. Como sublinhou na altura um dirigente: “*Os equipamentos não são adequados à comunidade cabo-verdiana. O cabo-verdiano não está habituado a viver no quarto ou quinto andar de um apartamento sem espaço para ‘pillar o milho’, por exemplo. Criam-se blocos de cimento sem espaços para as crianças brincarem, sem espaços verdes; - assim os bairros de realojamento acabam por ser autênticos guetos*”. Outra crítica relaciona-se com a separação das pessoas no processo de realojamento, tal como argumenta um

dirigente: “*Não é a destruir as barracas e dispersar as pessoas, que já criaram laços de amizade e de solidariedade nos bairros, que se faz uma boa política de integração*”. Por último, várias associações partilham a opinião de que, frequentemente, as verdadeiras razões do aparecimento dos projectos de realojamento não são melhorar as condições das pessoas, mas sim os interesses económicos com a venda dos terrenos onde se localizam os bairros de barracas.

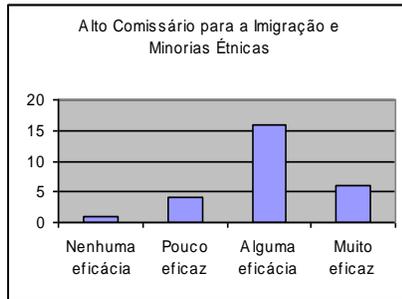
Figura 5 - Grau de satisfação com o programas PER e URBAN



Fonte: Inquérito às associações (2001)

O ACIME recebe uma avaliação mais positiva. De facto, 22 das associações inquiridas responderam ser a sua função “muito eficaz” ou com “alguma eficácia” (Figura 6). A maioria das associações faz sobressair as boas relações com o gabinete do ACIME, fazendo saber que este organismo tem criado um certo dinamismo e dado bastante apoio às associações. Trata-se, na verdade, de um organismo com capacidade de interlocução entre as associações e o poder político, bem como, também, um órgão que possui competências de “fiscalização” relativamente às questões das minorias étnicas. Como explica um dirigente: “*Com a criação do ACIME tem havido uma abertura nas discussões relacionadas com a imigração e tem havido mais cuidado em nos ouvir*”. Todavia, embora as opiniões sobre o ACIME sejam, maioritariamente, positivas não deixa de haver algumas críticas, uma das quais é a falta de intervenção em certos assuntos como é o caso do processo de legalização. Esta falta de interposição leva uma associação a criticar que, “*o ACIME não é a favor das necessidades dos imigrantes mas sim das políticas do seu partido*”.

Figura 6 - Grau de satisfação com o ACIME

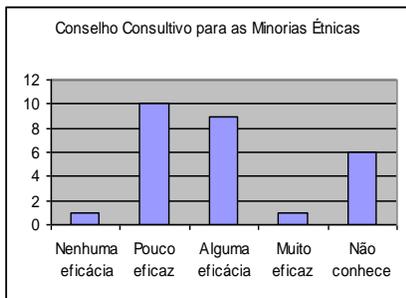


Fonte: Inquérito às associações (2001)

Pelo contrário, os Conselhos Consultivos para as Minorias Étnicas¹³, segundo as respostas das associações, são de “nenhuma” ou “pouca eficácia” (11), ou “alguma” ou “muita eficácia” (10) (Figura 7). É importante apontar o facto de 6 dos 27 dirigentes entrevistados desconhecerem a existência dessa entidade. Todavia, segundo uma associação, *“a função dos Conselhos Consultivos para as Minorias Étnicas é quase zero porque estão a pedir aos representantes das associações que trabalhem (para eles) e os representantes que fazem parte (dos Conselhos Consultivos) não têm as condições para estudar os problemas nem para resolvê-los”*. Outra associação comenta que, *“os Conselhos Consultivos são essenciais porque damos a voz e somos ouvidos. O grande problema é que o que é dito e recomendado raramente é implementado em prática”*.

¹³ Referem-se aqui os Conselhos Consultivos para as Minorias Étnicas, primeiro, no âmbito do gabinete do ACIME, e, segundo, no âmbito das Câmaras Municipais de Lisboa e Amadora. Os Conselhos Consultivos para as Minorias Étnicas integram representantes das associações de cariz étnico que representam a respectiva comunidade junto ao poder político.

Figura 7 - Grau de satisfação com o Conselho Consultivo para as Minorias Étnicas



Fonte: Inquérito às associações (2001)

5. Conclusões e recomendações

As principais sugestões avançadas pelas associações cabo-verdianas tendo em vista criar condições para uma melhor inserção social, cultural, profissional e habitacional são apresentadas no quadro 1.

A par destas recomendações há que considerar a necessidade de melhorar as condições de trabalho das associações, pois por elas passa parte significativa da integração dos imigrantes cabo-verdianos. Acrescenta-se, a importância que deve ser dada às relações com as várias entidades, considerando que as associações reivindicam a possibilidade de melhorar os contactos a todos os níveis, desde os poderes centrais de Portugal e Cabo Verde, até às autarquias e outras entidades, integrando os interesses dos imigrantes nos seus actos de cooperação.

Ainda não é dada a devida atenção aos problemas da imigração e ao papel que as associações podem desempenhar no que diz respeito às políticas específicas de protecção dos imigrantes. É importante lembrar que a imigração se tem intensificado em Portugal nos últimos anos³, pelo que é preciso melhorar as condições que conduzem a uma melhor inserção, sob pena de vermos agravados os problemas sociais e económicos.

Quadro 1 - Recomendações para uma melhor inserção social, cultural, profissional e habitacional

³ Em 2003, a população estrangeira aumentou 4,2%. Entre 2001 e 2003, foram concedidas 8346 autorizações de permanência a cidadãos de Cabo Verde e, no último anos, as solicitações de estatuto de residente foram maioritariamente efectuadas por cabo-verdianos (14,7%) e brasileiros (15,5%). Também em 2003, os cidadãos cabo-verdianos submeteram 3567 pedidos de aquisição de nacionalidade (SEF).

Inserção social:	Inserção cultural:	Inserção profissional:	Inserção habitacional:
<ul style="list-style-type: none"> ▶ Criar programas especiais que sirvam para melhorar o nível de vida dos imigrantes e que incluam alfabetização, escolarização, realojamento, acesso à saúde, etc.; ▶ Criar condições, espaços e equipamentos (como por exemplo: creches, ATLS, jardins de infância, equipamentos e actividades desportivas) para dar alternativas aos jovens e aos pais, para que aqueles possam ocupar os seus tempos livres de forma mais saudável; ▶ Criar gabinetes de apoio no terreno, com técnicos adequados que possam acompanhar os imigrantes; ▶ Sensibilizar os membros da sociedade anfitriã sobre as diferenças sociais entre eles e as comunidades imigrantes para que haja mais compreensão e respeito mútuos; ▶ Maior acessibilidade ao processo de legalização, não só quando abrem os processos extraordinários, mas continuamente; ▶ Alterar a Lei de Imigração (de autorização de permanência para a de residência), e fazer algo para atenuar a burocracia relacionada com os processos; ▶ Maior facilidade em poder reunificar a família em Portugal para que possa haver, assim, maior estabilidade familiar; ▶ Maior empenho em combater as discriminações sociais, raciais e culturais tanto de parte da sociedade portuguesa e do Estado português como das minorias e das associações que as 	<ul style="list-style-type: none"> ▶ Mediadores culturais que facilitem a inserção cultural e que representem, perante o poder político, as necessidades culturais dos imigrantes; ▶ Investir na valorização das culturas de origem dos imigrantes utilizando meios como a comunicação social, publicidade, etc., para que haja mais convívio e aceitação intercultural; ▶ Incluir as outras culturas presentes em Portugal nos programas culturais portugueses; ▶ Criar eventos especiais no panorama nacional para que as pessoas possam aprender sobre as outras culturas e participar nelas; ▶ Maior investimento nas manifestações culturais de outros povos em Portugal que sirvam para enriquecer a sociedade. 	<ul style="list-style-type: none"> ▶ Mais e melhor formação profissional que permita que os imigrantes atinjam um maior nível de qualificação; ▶ Criar leis que protejam e dignifiquem os trabalhadores imigrantes para que estes não sejam explorados, que possam contribuir para a sociedade portuguesa nos seus direitos e deveres e que possam ter um rendimento digno; ▶ Rever as relações com os sindicatos para que estas organizações trabalhem em conjunto com os imigrantes no combate às desigualdades. ▶ Criar disciplinas alternativas nos currículos escolares dirigidas aos jovens africanos no âmbito duma educação multicultural; 	<ul style="list-style-type: none"> ▶ Mais informação, participação e colaboração nos projectos de realojamento; ▶ Concessão de crédito em pé de igualdade com os nacionais no que concerne a aquisição de casa; ▶ Melhorar as condições das habitações clandestinas e fazer um levantamento dos fogos existentes antes de se tomar a decisão sobre o realojamento; ▶ Criar condições sociais e culturais nos bairros de realojamento para que as pessoas se possam identificar com o seu espaço de residência; ▶ Criar e reforçar as comissões de moradores e estimular a participação pública dos residentes; ▶ Criar uma política que atenua a segregação residencial da comunidade, e que acabe com a guetização; ▶ Formar e preparar as pessoas em termos de viver nos bairros de realojamento o que deve incluir hábitos de vivência, higiene, comportamentos, etc.; ▶ Preparar e sensibilizar os moradores que residam próximo dos bairros de realojamento para que não hajam conflitos nem ódios, mas sim, compreensão sobre a situação existente.

representam.			
--------------	--	--	--

As associações podem vir a ser importantes na criação de políticas de integração para que a comunidade cabo-verdiana (como também as outras minorias étnicas) possa ter os mesmos direitos de qualquer cidadão nacional e, ao mesmo tempo, o direito de preservar e divulgar a sua cultura.

Por fim, no que concerne o futuro da comunidade cabo-verdiana em Portugal, certamente será interessante observar a evolução social, cultural, profissional e também habitacional desta comunidade. Da conjugação dos factores (como por exemplo, uma política adequada) resultarão novos perfis de integração que podem pender para, por um lado, cenários mais “negativos” (aumento da dicotomia social da comunidade, relações tensas e conflituais com a sociedade portuguesa, dissolução da identidade cabo-verdiana, sobretudo nas gerações mais jovens), ou para cenários mais “positivos” (maior igualdade no interior da comunidade alargada, maior participação na sociedade portuguesa). Uma inserção positiva não depende exclusivamente da população cabo-verdiana, mas também da sociedade portuguesa, principalmente do Estado português. O cenário ideal caracterizar-se-ia pela manutenção dos traços culturais e identitários cabo-verdianos, pela manutenção ou fortalecimento da comunidade através do associativismo e de uma política multicultural que conduza à sua crescente inserção na sociedade portuguesa. Uma colaboração mútua (entre os imigrantes cabo-verdianos e os portugueses) torna-se assim uma dimensão crucial de intervenção, pois congrega as problemáticas da exclusão, inserção, cidadania e direitos de igualdade.

Bibliografia

- ALBUQUERQUE, R.; FERREIRA, L. E. e VIEGAS, T. (2000), *O Fenómeno Associativo em Contexto Migratório Duas Décadas de Associativismo de Imigrantes em Portugal*, Celta, Oeiras.
- AMARO, R. R. (1985), *Caracterização dos Cabo-verdianos Residentes em Portugal, a Partir dos Dados do Recenseamento de 1981*, Lisboa, IED. (policopiado).
- CARITA, C. (1994) “Associativismo Étnico Cabo-verdiano” in *Minorias Étnicas – A Participação na Vida da Cidade: Actas do Colóquio*, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, p. 29-32.
- CHEETHAM, A. P. (1988), “Ethnic Associations in Britain” in Jenkins, S. (ed.) *Ethnic Associations and the Welfare State: Services to Immigrants in Five Countries*, Columbia University Press, New York, p. 107-154.
- FRANÇA, L. (Coord.) (1992), *A Comunidade Cabo Verdiana em Portugal*, Instituto de Estudos para o Desenvolvimento, Lisboa. (Caderno n.º 23).
- GOMES, I. B. (Coord.) (1999), *Estudo de Caracterização da Comunidade Cabo-verdiana Residente em Portugal*, Embaixada de Cabo Verde em Portugal, Lisboa.
- MARQUES, M. M. et. al. (1999), *Immigrants’ Participation in Civil Society in a Suburban Context: Between ‘Top-down Activation’ and ‘Bottom-up Mobilization’*, SociNova Working Paper #12, FCSH-UNL, Lisboa.
- REX, (1994), ‘Ethnic Mobilisation in Britain’ in *Revue Européenne des Migrations Internationales*, Vol. 10 (1), p. 7-30.

- SAINT-MAURICE, A. (1997), *Identidades Reconstruídas – Cabo-verdianos em Portugal*. Celta Editora, Lisboa.
- SARDINHA, J. (2001), *Preservar a Identidade: Integração da Comunidade Cabo-verdiana na Área Metropolitana de Lisboa: Associativismo e perspectivas das associações*. Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, Lisboa. (Tese de Mestrado)
- SOYSAL, Y. N. (1994), *Limits of Citizenship: Migrants and Postnational Membership in Europe*. University of Chicago, Chicago.

Anexo 1: Associações seleccionadas

Associações Entrevistadas:

Associação dos Amigos da Encosta Nascente
Associação Amigos do Fogo (AMIFOGO)
Associação dos Antigos Alunos do Ensino Secundário de Cabo Verde
Associação Caboverdeana
Associação Cabo Verde Na Coração
Associação Caboverdeana do Seixal
Associação Caboverdeana de Setúbal
Associação Cultural Luso-Africana MORNA
Associação Cultural e Desportiva da Pedreira dos Húngaros
Associação Cultural Moinho da Juventude
Associação de Jovens Promotores da Amadora Saudável (AJPAS)
Associação Mãos Unidas Casa da Alegria (AMUCA)
Associação de Moradores de Outurela/Portela
Associação de Solidariedade Social “Assomada”
Associação Solidariedade Caboverdeana dos Amigos da Margem Sul do Tejo
Associação de Solidariedade dos Filhos e Amigos do Concelho de São Miguel
Associação Unidos de Cabo Verde
ASALA - Associação de Solidariedade Social Loures/Amadora
Centro Social do Bairro de 6 de Maio
Centro Social e Paroquial Cristo Rei de Algés
Espaço da Comunidade Caboverdeana – Concelho de Oeiras (EEC-CO)
Federação de Associações Caboverdeanas em Portugal
Fundação Eugénio Tavares (FET)
Organização Médica Cabo-verdiana (OMEC)
Organização Quadros Técnicos Cabo-verdianos (OTEC)
SANITAE - Associação para Informação e Defesa da Saúde dos Africanos Imigrados em Portugal
União Estudantes Caboverdeanos de Lisboa (UECL)

Associações seleccionadas cujo contacto não foi possível:

Associação Africana do Barreiro
Associação Cabojovem
Associação de Moradores e Proprietários do Bairro do Zambujal
Associação Unidade Cultural da Quinta do Mocho